

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Alterações significativas	9
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	10

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	11
10.2 - Resultado operacional e financeiro	30
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	33
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	34
10.5 - Políticas contábeis críticas	36
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	41
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	42
10.8 - Plano de Negócios	43
10.9 - Outros fatores com influência relevante	46

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Descrição – Gerenciamento de Riscos

A Companhia tem como prática a análise constante destes riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. Efetuamos constantemente monitoramento das mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar nossas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance.

Sendo os riscos mais significativos os seguintes:

risco de crédito;
risco de liquidez; e
risco de mercado (risco de taxa de juros e risco de taxa de câmbio).

Risco de Crédito

O risco de crédito é um risco de natureza financeira, relacionado à possibilidade de não recebermos de nossos clientes valores ou créditos devidos em virtude da venda de nossos produtos, ou de recebermos os pagamentos de tais créditos fora dos prazos estabelecidos. O descumprimento das obrigações assumidas por nossos clientes poderá gerar perdas para nossa Companhia, em razão de um eventual “custo de reposição” do nosso fluxo de caixa, afetando adversamente os nossos negócios. A taxa de inadimplência de nossos clientes era de 1% de nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de nossos ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade de cumprir com nossas obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia mantém níveis de liquidez adequados para garantir que possamos cumprir com nossas obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surjam.

Risco de Mercado

O risco de mercado está relacionado ao impacto negativo sobre o valor de nossos ativos e passivos causado por oscilações de fatores como taxa de juros ou taxas de câmbio. A maior parte de nossas atividades está sujeita a riscos de mercado. Estamos expostos ao risco de oscilação das taxas de juros quando ocorre um descasamento entre as taxas de juros praticadas internamente por nós e as taxas de juros de mercado.

Em 31 de dezembro de 2015, de nosso endividamento total, aproximadamente 40% dos empréstimos e financiamentos eram em reais, sujeitos à flutuação de taxas como a TR, CDI TJLP e taxas acordadas com os agentes financeiros que representou em 31 de dezembro de 2015 R\$ 1,8 milhões de despesas financeiras ou 1,2% da nossa Receita Operacional Líquida- ROL. O aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos nossos empréstimos, reduzir a demanda por nossos produtos ou ter um impacto significativo sobre nossas despesas financeiras e resultados operacionais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

O risco cambial decorre da titularidade de ativos, passivos e itens denominados ou indexados a moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2015, nossas operações cambiais de ACC, ACE e empréstimos em Dólar ou atrelado à variação do Dólar ou outra moeda, representavam em curto e longo prazos, o equivalente a 60% do nosso endividamento, que resultou para 31 de dezembro de 2015 em R\$ 7,8 milhões de despesas financeiras ou 4,7%, da nossa Receita Operacional Líquida- ROL.

A receita líquida de vendas da Companhia proveniente do mercado externo representou aproximadamente 50% em 2015. As atividades internacionais da Companhia a expõem a riscos não enfrentados por empresas com atuação restrita ao Brasil. Um risco significativo é a possibilidade de as operações internacionais serem afetadas por restrições e tarifas de importação ou outras medidas de proteção ao comércio e exigências de licença de importação ou exportação.

O desempenho financeiro futuro da Companhia dependerá significativamente das condições econômicas, políticas e sociais nos principais mercados da Companhia.

Outros riscos associados às operações internacionais da Companhia incluem:

- a) variação das taxas de câmbio e de inflação nos países estrangeiros nos quais a Companhia opera;
- b) controles cambiais;
- c) alteração das condições políticas ou econômicas de um país ou de uma região específica, em particular de mercados emergentes;
- d) consequências potencialmente negativas em decorrência de alterações de exigências regulatórias;
- e) dificuldades e custos associados à observância e execução de diferentes leis, tratados e regulamentos internacionais complexos;
- f) alíquotas de tributos;
- g) consequências potencialmente negativas de alterações na legislação tributária;
- h) custos de distribuição, interrupções do transporte ou redução da disponibilidade de transporte fretado.

A ocorrência de quaisquer desses eventos poderia ter impacto negativo sobre os resultados operacionais e a capacidade da Companhia de realizar negócios em mercados existentes ou em desenvolvimento.

No passado, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. A inflação e certos atos do governo para combatê-la já causaram efeitos significativamente negativos sobre a economia brasileira. Desde a introdução do Plano Real, em julho de 1994, no entanto, a inflação brasileira tem sido substancialmente menor do que nos períodos anteriores. No entanto, pressões inflacionárias persistem e medidas adotadas para combatê-las, bem como a especulação sobre as medidas futuras que possam vir a ser adotadas pelo Governo Federal, têm gerado ao longo dos últimos anos um clima de incerteza econômica no Brasil e aumentado a volatilidade do mercado de capitais brasileiro. As pressões inflacionárias podem levar a intervenções governamentais sobre a economia, incluindo a introdução de políticas que podem afetar adversamente o desempenho geral da economia brasileira, o que, por sua vez, poderia afetar adversamente as operações da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado por nós adotada, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:****a. riscos para os quais se busca proteção**

A Companhia opera no mercado financeiro de modo conservador, e busca limitar ao máximo as perdas sem prejudicar a eficiência. Buscamos proteção contra riscos de crédito, riscos de taxa de juros, riscos de preço e riscos de taxa de câmbio.

As vendas futuras esperadas a clientes no exterior para as quais a Companhia prevê que seja altamente provável a realização das transações e saldo credor denominado em moeda estrangeira, e operações de *swap* cambial, visando a proteção da variação cambial de alguns empréstimos contratados em moeda estrangeira.

Não operamos no mercado de derivativos e/ou hedge, adicionalmente os empréstimos não tem cláusulas restritivas (*covenants*).

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo a administração desses instrumentos efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança, não possuímos instrumentos financeiros com objetivos diversos (hedge).

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

É tomado por base o fluxo de caixa em moeda estrangeira projetado mensalmente sempre para os doze meses seguintes, com base nas projeções do Plano Estratégico.

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Os instrumentos utilizados são conservadores e regularmente monitorados. A taxa média a ser perseguida deve ser igual ou sensivelmente superior à prevista no Plano Anual de Negócios (Orçamento). Todas as operações são controladas pela Gerência Financeira da Companhia e informadas a Diretoria Executiva. O resultado líquido, destas operações, é registrado por competência nas suas demonstrações financeiras.

Complementarmente, não possuímos instrumentos financeiros com objetivos diversos (hedge).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**e. operação com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**

A Companhia não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Complementarmente, não possuímos instrumentos financeiros com objetivos diversos (hedge).

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Em linhas gerais, os riscos financeiros são regularmente monitorados e gerenciados a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Os instrumentos utilizados são conservadores e previamente aprovados, todas as operações são controladas pela gerencia financeira da Companhia e aprovadas pela Diretoria.

Tais operações, quando solicitadas, são fornecidas e verificadas pela Auditoria Independente Externa e Conselho Fiscal.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Administração da Companhia mantém monitoramento periódico sobre os instrumentos e índices financeiros, por meio de controles internos, fiscalizados pela Auditoria Independente Externa e Conselho Fiscal instalado.

Não operamos no mercado de derivativos e/ou hedge, adicionalmente os empréstimos não tem clausulas restritivas (*covenants*).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Descrição dos Controles Internos

Em relação aos controles internos adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar :

- a) as principais praticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providencias adotadas para corrigi-las :**

O modelo de controle interno adotado tem foco em funções, processos, atividades, pessoas e tecnologias da Companhia.

Visando o crescimento e a melhoria destes controles internos, a Companhia, utiliza como ferramenta suporte o sistema **Qlikview** para controle de custos e geração de informações gerenciais. Programas de administração de manutenção e gestão de compras, além de um programa financeiro e contábil/fiscal eficiente também fazem parte do cotidiano da Administração.

Treinamentos constantes e atualizações referente a estes sistemas de controles internos também fazem parte dos métodos de controle da companhia.

Quando é identificado alguma imperfeição na qualidade ou no método da informação gerada nos controles internos, ela é imediatamente analisada e solucionada , utilizando-se de métodos e ferramentas também internos de análise destas imperfeições. Ex : Formulário 5W1H .

- b) estruturas organizacionais envolvidas :**

Todas as áreas da Companhia são responsáveis e estão envolvidas nas informações prestadas para elaboração das demonstrações financeiras , elas contribuem cada uma com o gerenciamento de seus controles internos para prestarem essas informações, e também com as análises das imperfeições e correções necessárias.

- c) como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia :**

A Companhia mantém em sua estrutura organizacional a área de controladoria, subordinada à Gerencia Administrativa, o qual tem como principal objetivo assegurar que operacionalmente se mantenha padrões de qualidade e controles que vão contribuir para a melhoria contínua da elaboração das demonstrações financeiras, orçamentária e gerencial.

Além desta mencionada acima , as áreas de produção, financeira, compras, contábil/fiscal , dão todo o suporte para a confiabilidade e identificação das informações internas prestadas para a geração das demonstrações financeiras.

Tudo monitorado constantemente pelas Gerencias, Supervisões e Lideranças de cada uma destas áreas e pela Diretoria e Conselho da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente :**

Faz parte das tarefas da Auditoria monitorar e recomendar a possíveis divergência. A Administração da Companhia esta sempre atenta nas mudanças determinadas pela CVM e órgãos governamentais bem como as próprias mudanças que possam ocorrer na estrutura organizacional para não ter adversidades que comprometa o caixa ou ética dos gestores. Para adequar os controles contábeis ao nível internacional bem como atender as obrigações acessórias impostas pelo governo, a Administração adota através do comitê tributário ou assuntos contábeis um planejamento que deve ser seguido rigorosamente.

Ainda assim, a auditoria avalia os procedimentos e possivelmente recomenda a atenção no tocante as obrigações tributárias acessórias e melhoria no preenchimento de algumas declarações fiscais. É de política da Companhia a melhoria continua independente do setor, dessa forma, nos últimos exercícios, foram implementadas ferramentas que dão suporte aos controles internos, objetivando transparência plena.

Abaixo , na integra o relatório de recomendações dos controles internos da Companhia emitido por nossa Auditoria Externa nos termos da regulamentação da CVM.

ELECTRO AÇO ALTONA**Relatório de Recomendações e
Avaliação do Ambiente de Controles
Internos 2015**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Blumenau (SC), 05 de Abril de 2016.

Aos
Administradores da
Electro Aço Altona S.A.
Blumenau – SC

Prezados Senhores,

Conforme previsto em nosso contrato de prestação de serviços nº 96/2014, datado em 13 de novembro de 2014, e em nosso planejamento e execução dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras da **Electro Aço Altona S.A.** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, levamos em consideração a estrutura de controle interno para determinar os nossos procedimentos de auditoria com a finalidade de expressar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, e não para oferecer uma garantia sobre a estrutura de controle interno. Nosso estudo e avaliação da estrutura de controle interno não revelariam necessariamente todos os assuntos que poderiam constituir fraquezas significativas, de acordo com as normas profissionais.

Uma fraqueza significativa é uma condição na qual o modelo ou o funcionamento de um ou mais elementos específicos da estrutura de controle interno não reduz a nível relativamente baixo o risco de que possam ocorrer erros ou irregularidades em valores que seriam significativos em relação às demonstrações financeiras que estão sendo auditadas, e não serem detectados, em tempo hábil, pelos funcionários durante o curso normal de execução das funções que lhes são atribuídas.

Entretanto não notamos nenhum problema que envolve a estrutura de controle interno e seu funcionamento, que consideramos fraquezas significativas, conforme definido acima.

Esta carta destina-se a uso exclusivamente interno da Administração da **Electro Aço Altona S.A.** Sua divulgação externa poderia suscitar dúvidas e originar interpretações errôneas em pessoas que desconhecem os objetivos e as limitações dos exames desenvolvidos de acordo com as normas de auditoria visando atingir o objetivo descrito no primeiro parágrafo.

Permanecemos à disposição de V.Sas. para os esclarecimentos adicionais que possam ser requeridos sobre este relatório de recomendações e sobre detalhes da execução dos trabalhos.

Atenciosamente,

BERKAN AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC- SC-009075/O-7

Bradley Ricardo Moretti
Sócio de Auditoria
Contador CRC-SC-023.618/O-6

berkan.com.br

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**5.4. Alterações Significativas**

Além dos riscos acima referidos, também julgamos relevantes os seguintes fatores macroeconômicos:

O Governo Federal do Brasil frequentemente intervém na economia do País e por vezes altera de maneira significativa as políticas monetária, fiscal e de crédito, entre outras, para influenciar o curso da economia.

As medidas para controlar a inflação e influenciar na economia, como o pacote “Brasil Maior”, podem influenciar positivamente ou negativamente nosso negocio.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.5. Outras Informações Relevantes – Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

Além dos riscos acima referidos, não há outras informações relevantes .

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1. Opinião dos Diretores sobre:

10.1.a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A produção industrial brasileira, medida pelo IBGE, não respondeu aos incentivos e encerrou 2015 com queda de 8%. O desempenho se agravou nos últimos meses do ano. No último quadrimestre as indústrias brasileiras tiveram níveis abaixo do histórico, - 11,8%, sendo ocasionado pelos setores de bens de capital, por exemplo, segmento específico da produção de veículos pesados.

O ano de 2015 caracterizou-se como um ano de desafios e turbulências para a indústria em geral no Brasil. A despeito do cenário mais desafiador, o retorno sobre o Patrimônio Líquido recuou 9,6 pontos percentuais em comparação com o ano anterior, reflexos da não realização do orçamento em função do agravamento da retração econômica nacional.

A Diretoria entende que mesmo com os indicadores apresentando condições patrimoniais menores do que os últimos anos, avaliam que é possível implementar o plano de negócios e cumprir as suas obrigações de médio a longo prazo.

A geração de caixa contábil também foi prejudicada pela eminência da reestruturação operacional e ocupacional, e sendo complementada através de empréstimos de terceiros, para atender e cobrir as necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 (doze) meses.

Índices	2013	2014	2015
Liquidez corrente	1,80	1,74	2,15
Liquidez geral	0,50	0,48	0,52
Endividamento (Passivo Total/PL)	179,7%	168,8%	175,2%
Retorno sobre o Ativo	3,4%	2,5%	0,1%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	14,6%	9,8%	0,2%

Em 31 de dezembro de 2015, o Ativo Circulante era de R\$ 99,5 milhões, e superava o Passivo Circulante de R\$ 46,3 milhões em um montante de R\$ 53,2 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 2,15. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o índice de liquidez corrente era, respectivamente, de 1,74 e 1,80.

O endividamento total de 2015 era de 175,2% (passivo circulante mais passivo não circulante, dividido pelo patrimônio líquido). Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o índice de endividamento total era, respectivamente, de 168,8% e 179,7%. O pequeno aumento do índice de endividamento total deve-se principalmente ao aumento dos empréstimos realizados no último ano e variação do cambial. Nos períodos anteriores a Companhia tinha apresentado sensível redução nos empréstimos de curto e longo prazo, que será premissa para 2016.

A Companhia não conseguiu manter os níveis de retorno sobre o ativo e sobre o patrimônio líquido. No exercício encerrado em 2015, o retorno foi de apenas 0,2% sobre o Patrimônio Líquido (lucro líquido dividido pelo patrimônio líquido do ano anterior) e 0,1% sobre o Ativo (lucro líquido dividido pelo ativo total). No exercício encerrado em

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2014, o retorno foi de 9,8% sobre o Patrimônio Líquido e 2,5% sobre o Ativo. No exercício encerrado em 2013, o retorno foi de 14,6% sobre o Patrimônio Líquido e 3,4% sobre o Ativo.

Em regra geral, o nível de retorno sobre o ativo e sobre o patrimônio líquido é decorrente do modelo de negócios que a Companhia é atrelada. Levando em consideração uma média alavancagem operacional e a alta necessidade de investimentos em ativos, comparados com outras empresas do setor.

10.1.b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

	Estrutura de Capital - R\$ milhões - Em 31 de Dezembro de					
	2013		2014		2015	
Capital de terceiros - circulante	48,7	18,6%	53,2	19,6%	46,4	17,2%
Capital de terceiros - não circulante	144,4	55,1%	144,4	53,3%	151,2	56,1%
Capital próprio - patrimônio líquido	69,0	26,3%	73,5	27,1%	71,8	26,7%
Total	262,0	100%	271,1	100%	269,4	100%

A manutenção da flexibilidade financeira é importante componente do modelo de negócios da Companhia. A Diretoria entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis conservadores de alavancagem. Classificamos também com capital de terceiros não circulante o parcelamento dos impostos - REFIS. Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

10.1.c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A necessidade de recursos deve-se:

- (i) pagamento pelo custo dos produtos vendidos e gastos gerais;
- (ii) cronograma de pagamentos dos investimentos;
- (iii) impostos sob a receita, relacionados as atividades operacionais tais como: ICMS, PIS/COFINS, INSS sobre o receita e IPI, bem como IR e CS sobre Lucro, e Encargos e contribuições sobre mão de obra direta e indireta;
- (iv) pagamento de dividendos e/ou JSCP.

A principal fonte de recurso é o caixa, ou equivalente de caixa, gerado por meio das atividades operacionais e/ou empréstimos de terceiros. Acreditamos que os recursos existentes, a geração de caixa operacional e os recursos gerados por captações serão suficientes para as necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros para os próximos 12 meses. Conforme mencionado, buscamos manter uma estrutura de capital que permita controlar a possível exposição ao risco.

O EBITDA, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, foi de R\$ 29,0 milhões e a despesa financeira líquida, foi de R\$ 4,5 milhões. Dessa forma a despesa financeira representa 15,5% da geração de caixa da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O EBITDA, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, foi de R\$ 24,2 milhões e a despesa financeira líquida, foi de R\$ 4,3 milhões. Dessa forma a despesa financeira representa 17,8% da geração de caixa da Companhia.

O EBITDA, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, foi de R\$ 18,5 milhões e a despesa financeira líquida, foi de R\$ 9,6 milhões. Dessa forma a despesa financeira representa 51,9% da geração de caixa da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2013, o endividamento financeiro líquido do segmento industrial representava 1,2x o EBITDA dos últimos 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2014, o endividamento financeiro líquido do segmento industrial representava 1,4x o EBITDA dos últimos 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2015, o endividamento financeiro líquido do segmento industrial representava 2,1x o EBITDA dos últimos 12 meses.

	Estrutura do EBITDA - R\$ milhões					
	2013		2014		2015	
Lucro antes do resultado financeiro	19,1	10,6%	14,1	8,2%	8,5	5,8%
Depreciação	9,9	5,5%	10,1	5,9%	10,0	6,8%
EBITDA	29,0	16,1%	24,2	14,1%	18,5	12,6%

	Representação do % em relação ao ROL		
	2013	2014	2015
Endividamento – R\$ milhões	42,8	50,8	53,2
Caixa e equivalente de caixa–R\$ milhões	8,0	16,0	13,5
Endividamento líquido – R\$ milhões	34,8	34,8	39,7

10.1.d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia possui operações de adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs), linhas de pré pagamentos, BNDES-EXIM atrelados às operações de exportações e nota de crédito à exportação (NCE). Adicionalmente, a Companhia utiliza, além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para o financiamento de ativos não-circulantes, tais como o FINEP e o FINAME. Adicionalmente a Companhia iniciou o processo para operacionalizar recebíveis através do PROEX.

10.1.e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia apresenta em seu planejamento estratégico e plano diretor, investimentos relevantes e também para expansão do parque fabril.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Havendo necessidade de capital de giro de terceiros para tal finalidade, as principais fontes são: ACCs, pré pagamento, BNDES-EXIM, FINEP e FINAME.

10.1.f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

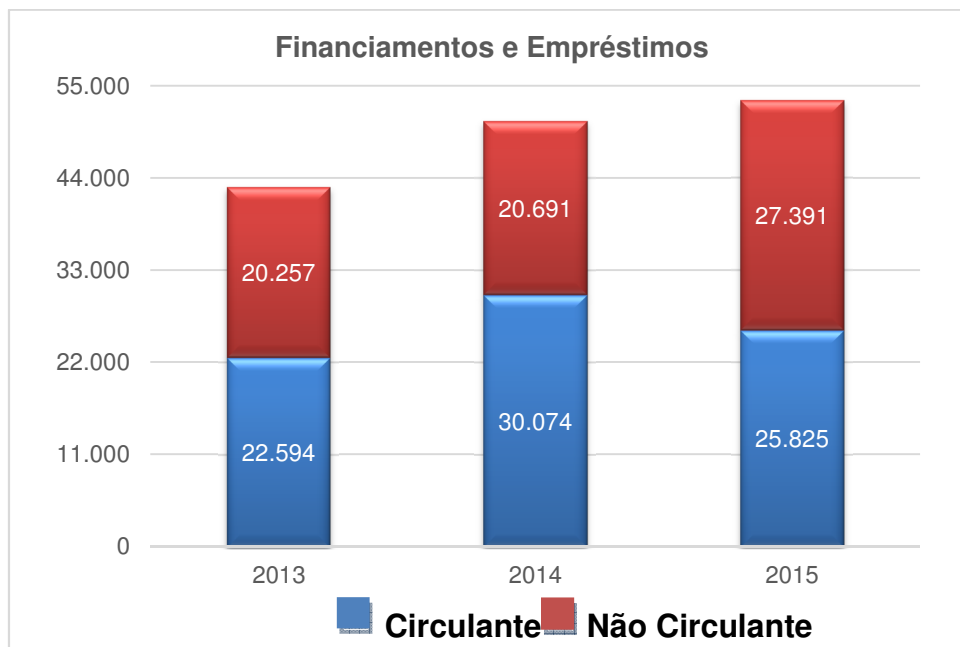
(i) Contratos de empréstimo e financiamento;

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, a companhia possuía obrigações com instituições financeiras no valor de R\$ 42,8 milhões, sendo que R\$ 22,6 milhões representavam obrigações com instituições financeiras no circulante e R\$ 20,2 milhões correspondiam a obrigações com instituições financeiras no não circulante.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a companhia possuía obrigações com instituições financeiras no valor de R\$ 50,8 milhões, sendo que R\$ 30,1 milhões representavam obrigações com instituições financeiras no circulante e R\$ 20,7 milhões correspondiam a obrigações com instituições financeiras no não circulante.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a companhia possuía obrigações com instituições financeiras no valor de R\$ 53,2 milhões, sendo que R\$ 25,8 milhões representavam obrigações com instituições financeiras no circulante e R\$ 27,4 milhões correspondiam a obrigações com instituições financeiras no não circulante.

A tabela da próxima página apresenta a composição do endividamento em 31 de dezembro de:



Vencimento dos financiamentos e empréstimos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	31/12/13		31/12/14		31/12/15	
2014	22.594	52,7%	-	-	-	-
2015	15.125	35,3%	30.074	59,2%	-	-
2016	3.782	8,8%	14.825	29,2%	25.825	48,5%
2017	889	2,1%	5.673	11,2%	18.710	35,2%
2018	436	1,0%	168	0,3%	7.667	14,4%
2019	25	0,1%	25	0,1%	1.014	1,9%
TOTAL	42.851	100%	50.765	100%	53.216	100%
% do Passivo + PL		16,4%	18,7%		26,9%	

Nas Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP os empréstimos bancários da Companhia de 2015, que estão sendo amortizados regularmente em seus vencimentos, estão garantidos com máquinas e equipamentos e avais.

A Companhia manteve com a Companhia Werner S/A e celebrou com a empresa Bellevue Participações Societárias Ltda, a prestação remunerada de fiança, aval e outras avenças. Em 31 de dezembro de 2015, o montante de operações contratadas pela Companhia, garantido pelas avalistas/fiadoras, é de R\$ 60,0 milhões.

Para o ano de 2015, a Companhia pagou às avalistas/fiadoras, a título de remuneração, a importância de R\$ 212 mil (R\$ 229 mil em 31 de dezembro de 2014), registrado na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais".

- (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras e públicas;

Não há outras relações de longo prazo a não ser as acima mencionadas.

- (iii) parcelamentos de longo prazo - REFIS;

O passivo relativo ao REFIS encontra-se abaixo destacado:

	31/12/2013		31/12/2014		31/12/2015	
Circulante	2.616	2,6%	1.933	1,9%	2.039	2,0%
Não Circulante	99.155	97,4%	100.046	98,1%	101.065	98,0%
	101.771	100%	101.979	100%	103.104	100%
% do Passivo + PL		38,8%		37,6%		52,2%

Amparada na Lei nº. 9.964 de 10 de abril de 2000, a Administração da Companhia protocolou, em fevereiro de 2000, com base na Medida Provisória nº. 2.004-5/2000, de 11 de fevereiro de 2000, convertida na mencionada Lei, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS. A amortização do passivo consolidado, conforme previsto no programa REFIS, vem sendo efetuada regularmente à base de 1,2% sobre a receita bruta ajustada, desde março de 2000. O saldo devedor está sendo atualizado pela TJLP. Considerando a expectativa de crescimento no valor da receita da companhia (base de pagamento), estima-se que o valor total desse passivo deverá ser quitado até o

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

fim do ano de 2063. Em garantia do REFIS FEDERAL foram arrolados e penhorados os bens do ativo imobilizado.

- (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não há restrições para limites de endividamento e contratação de novas dívidas, também à disposições estatutárias regulando a distribuição de dividendos, e emissão de novos valores mobiliários, conforme quesitos 17.2 e 18 do formulário de referência.

10.1.g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui limites de utilização de financiamentos já contratados.

10.1.h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

	Demonstração dos resultados – em Milhares de Reais					
	2013		2014		2015	
	AV		AV		AV	
Receita Operacional Líquida,	180.363	100%	171.325	100%	146.637	100%
Custo dos Produtos Vendidos	(133.011)	73,7%	(127.290)	74,3%	(109.095)	74,4%
Lucro Bruto	47.352	26,3%	44.035	25,7%	37.542	25,6%
Outras Receitas Operacionais						
Outras Receitas Operacionais	2.980	1,7%	3.449	2,0%	3.046	2,1%
Despesas Operacionais						
Despesas com vendas	(12.125)	6,7%	(14.011)	8,2%	(10.707)	7,3%
Despesas gerais e administrativas	(13.110)	7,3%	(13.719)	8,0%	(11.321)	7,7%
Remuneração dos administradores	(4.484)	2,5%	(4.589)	2,7%	(4.010)	2,8%
Outras Despesas Operacionais	(1.478)	0,7%	(1.085)	0,6%	(5.983)	4,1%
Despesas operacionais líquidas	(28.217)	15,5%	(29.955)	17,5%	(28.975)	19,8%
Resultado antes das Financeiras	19.135	10,6%	14.080	8,2%	8.567	5,8%
Despesas financeiras	(10.616)	5,9%	(7.942)	4,6%	(12.749)	8,7%
Receitas financeiras	6.065	3,3%	3.679	2,1%	3.179	2,2%
Resultado Financeiro	(4.551)	2,5%	(4.263)	2,5%	(9.570)	6,5%
Resultado antes dos Tributos sobre Lucro	14.584	8,1%	9.817	5,7%	(1.003)	0,7%
Provisões IRPJ e CSLL	(4.344)	4	(2.295)	1,3%	1.125	0,8%
Resultado antes das participações	10.240	5,7%	7.522	4,4%	122	0,1%
Participação dos administradores	1.024)	0,6%	(752)	0,4%	-	-
Resultado Líquido	9.216	5,1%	6.770	4,0%	122	0,1%
Lucro por Ação – Em Reais (R\$)	4,10		3,01		0,05	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniaisAnálise das principais contas do resultado – 2015 versus 2014Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 146,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, comparada a R\$ 171,3 milhões no mesmo período em 2014. Um decréscimo de 14,4% ou R\$ 24,7 milhões. No exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2015, 46,0% da receita operacional líquida foi proveniente do mercado interno, em comparação a 63,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 109,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, comparado ao custo dos produtos vendidos de R\$ 127,3 milhões no mesmo período em 2014 representando um decréscimo de 14,3% ou R\$ 18,2 milhões. Como percentual da receita operacional líquida, os custos dos produtos vendidos se mantiveram entre 74,4% e 73,3% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 respectivamente.

As despesas com vendas

As despesas com vendas atingiram R\$ 10,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, quando comparado aos gastos de R\$ 14,0 milhões no mesmo período em 2014 representam um decréscimo de 23,6%, ou R\$ 3,3 milhão. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas tiveram um decréscimo na ordem de 0,9 ponto percentual de um ano para outro, exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2015 e 2014.

As despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas foram de R\$ 11,3 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 contra R\$ 13,7 milhões no mesmo período em 2013, o que significou uma redução de 17,5% ou R\$ 2,4 milhões. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas reduziram na ordem de 0,3 ponto percentual no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 em comparação ao mesmo período em 2014.

As despesas financeiras

As despesas financeiras foram de R\$ 12,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, comparados a R\$ 7,9 milhões no mesmo período em 2015 representam um acréscimo de 60,5%, ou R\$ 4,8 milhões. Este aumento é decorrente das reestruturações operacionais e ocupacionais, que ocasionaram o aumento do endividamento para pagamento das rescisões e readequações.

Receitas financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As receitas financeiras foram na ordem de R\$ 3,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, contra R\$ 3,7 milhões no mesmo período em 2014 representando um decréscimo de 13,6% ou R\$ 0,5 milhão.

Análise das principais contas do resultado – 2014 versus 2013

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 171,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, comparada a R\$ 180,4 milhões no mesmo período em 2013. Um decréscimo de 5,0% ou R\$ 9,1 milhões. No exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2014, 63,0% da receita operacional líquida foi proveniente do mercado interno, em comparação a 61,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 127,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, comparado ao custo dos produtos vendidos de R\$ 133,0 milhões no mesmo período em 2013 representando um decréscimo de 4,3% ou R\$ 5,7 milhões. Como percentual da receita operacional líquida, os custos dos produtos vendidos se mantiveram entre 74,3% e 73,7% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 respectivamente. Os efeitos de elevação no CPV estão relacionados aos custos fixos, refletidos principalmente pela retração do faturamento no 4º trimestre de 2014.

As despesas com vendas

As despesas com vendas atingiram R\$ 14,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, quando comparado aos gastos de R\$ 12,1 milhões no mesmo período em 2013 representam um incremento de 15,7%, ou R\$ 1,9 milhão. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas tiveram um incremento na ordem de 1,5 ponto percentual de um ano para outro, exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2014 e 2013.

As despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas foram de R\$ 13,7 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 contra R\$ 13,1 milhões no mesmo período em 2013, o que significou um aumento de 4,6% ou R\$ 600. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas aumentaram na ordem de 0,7 ponto percentual no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 em comparação ao mesmo período em 2013.

As despesas financeiras

As despesas financeiras foram de R\$ 7,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, comparados a R\$ 10,6 milhões no mesmo período em 2013 representam um decréscimo de 25,5%, ou R\$ 2,7 milhões. Esta diminuição é decorrente de reestruturações financeiras, quitando empréstimos de curto prazo com juros mais elevados.

Receitas financeiras

As receitas financeiras foram na ordem de R\$ 3,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, contra R\$ 6,1 milhões no mesmo período em 2013

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

representando um decréscimo de 39,3% ou R\$ 2,4 milhões. Esta diminuição é decorrente das variações cambiais ajustadas.

Análise das principais contas do resultado – 2013 versus 2012

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 180,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, comparada a R\$ 183,8 milhões no mesmo período em 2012. Um decréscimo de 1,9% ou R\$ 3,4 milhões. No exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2013, 61,0% da receita operacional líquida foi proveniente do mercado interno, em comparação a 65,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 133,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, comparado ao custo dos produtos vendidos de R\$ 134,2 milhões no mesmo período em 2012 representando um decréscimo de 0,9% ou R\$ 1,2 milhões. Como percentual da receita operacional líquida, os custos dos produtos vendidos se mantiveram entre 73,7% e 73,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e 2012 respectivamente. A tendência de redução do CPV são reflexos, principalmente dos trabalhos efetivos de planos de ação na redução custos nos processos produtivos e também em função mix produzido.

As despesas com vendas

As despesas com vendas atingiram R\$ 12,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, quando comparado aos gastos de R\$ 11,5 milhões no mesmo período em 2012 representando um incremento de 5,7%, ou R\$ 600 mil. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas tiveram um incremento na ordem de 0,4 pontos percentuais de um ano para outro, exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2013 e 2012.

As despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas foram de R\$ 13,1 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 contra R\$ 13,9 milhões no mesmo período em 2012, o que significou uma redução de 5,8% ou R\$ 785 mil. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas diminuíram na ordem de 0,30 pontos percentuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 em comparação ao mesmo período em 2012.

As despesas financeiras

As despesas financeiras foram de R\$ 10,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, comparados a R\$ 8,7 milhões no mesmo período em 2012 representando um aumento de 22,3%, ou R\$ 1,9 milhões. Este aumento é decorrente das variações cambiais ajustadas.

Receitas financeiras

As receitas financeiras foram na ordem de R\$ 6,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, contra R\$ 3,1 milhões no mesmo período em 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

representando um aumento de 95,9% ou R\$ 3,0 milhões. Este aumento é decorrente das variações cambiais ajustadas.

Ativo	Balanco Patrimonial – em Milhares de Reais					
	31/12/13	AV	31/12/14	AV	31/12/15	AV
Caixa e equivalentes de caixa	8.056	3,1%	16.023	5,9%	13.555	5,0%
Contas a receber	47.855	18,3%	34.139	12,6%	44.148	16,4%
Estoques	22.370	8,5%	32.300	11,9%	31.245	11,6%
Impostos a recuperar	7.663	2,9%	8.099	3,0%	8.661	3,2%
Outras contas a receber	1.670	0,7%	1.882	0,7%	1.724	0,6%
Despesas antecipadas	332	0,1%	319	0,1%	190	0,1%
Total do ativo circulante	87.946	33,6%	92.762	34,2%	99.523	36,9%
Ativo Atuarial	1.371	0,5%	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	194	0,1%	-	-
Depósitos judiciais	838	0,3%	1.275	0,5%	1.478	0,5%
Outros créditos	1.650	0,6%	1.424	0,5%	821	0,4%
Imobilizado	169.467	64,7%	174.210	64,2%	166.223	61,7%
Intangível	750	0,3%	764	0,3%	743	0,3%
Investimento	-	0,0%	468	0,2%	597	0,2%
Total do ativo não circulante	174.076	66,4%	178.335	65,8%	169.862	63,1%
Total do ativo	262.022	100%	271.097	100%	269.385	100%

Passivo	31/12/13	AV	31/12/14	AV	31/12/15	AV
Empréstimos	22.594	8,6%	30.074	11,1%	25.825	9,6%
Fornecedores	6.543	2,5%	5.401	2,0%	3.766	1,4%
Programa de recuperação fiscal	2.616	1,0%	1.933	0,7%	2.039	0,8%
REFIS						
Impostos e contribuições	2.116	0,8%	1.266	0,5%	1.718	0,6%
Incentivo Fiscal – PRODEC	412	0,2%	-	-	319	0,1%
Arrendamento mercantil – leasing	34	0,0%	-	-	-	-
Adiantamentos de clientes	2.436	0,9%	3.988	1,5%	3.799	1,4%
Provisão para férias e encargos	5.805	2,2%	6.230	2,2%	5.208	1,9%
Dividendos e JSCP	2.718	1,0%	2.183	0,8%	1.286	0,5%
Outras contas	3.382	1,4%	2.084	0,8%	2.388	0,9%
Total do passivo circulante	48.656	18,6%	53.159	19,6%	46.348	17,2%
Programa de recuperação fiscal	99.155	37,8%	100.046	36,9%	101.065	37,5%
REFIS						
IR e CS diferidos	20.944	8,0%	20.666	7,7%	19.230	7,1%
Impostos e contribuições	77	0,1%	-	-	-	-
Arrendamento mercantil – leasing	56	0,0%	-	-	-	-
Incentivo Fiscal - PRODEC	720	0,3%	1.050	0,4%	789	0,3%
Empréstimos	20.257	7,7%	20.691	7,6%	27.391	10,2%
Provisão para contingência	1.752	0,7%	1.975	0,7%	2.768	1,0%
Passivo Atuarial	1.385	0,5%	-	-	-	-
Outras contas	-	-	-	-	-	-
Total do passivo não circulante	144.346	55,1%	144.428	53,3%	151.243	56,1%
Patrimônio líquido						
Capital Social	8.594	3,3%	10.707	3,9%	16.957	6,3%
Reserva legal	577	0,2%	915	0,3%	1.016	0,4%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Reserva de lucros	1.648	0,6%	8.018	3,0%	8.018	3,0%
Lucros a destinar	8.483	3,2%	6.250	2,3%	307	0,1%
Outros resultados abrangentes	49.718	19,0%	47.620	17,6%	45.496	16,9%
Total do patrimônio líquido	69.020	26,3%	73.510	27,1%	71.794	26,7%
Total do passivo	262.022	100%	271.097	100%	269.385	100%

Análise das principais contas do balanço patrimonialCaixa e equivalentes de caixa

	31/12/13	AV	31/12/14	AV	31/12/15	AV
Caixa e Contas Movimento	871	10,8%	5.344	33,4%	2.894	21,4%
Renda Fixa	7.185	89,2%	10.679	66,6%	10.661	78,6%
TOTAL	8.056	100%	16.023	100%	13.555	100%
% Representação no Ativo Circulante	9,2%		17,3%		13,6%	

Em 31 de dezembro de 2015 as aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento entre 97 e 99,5% do CDI, resgatáveis a qualquer momento. Em todos os casos, as aplicações possuem liquidez imediata.

Contas a receber de clientes

	31/12/13	AV	31/12/14	AV	31/12/15	AV
Mercado Interno	20.534	43,0%	12.682	36,9%	10.616	24,0%
Mercado Externo	28.378	59,3%	23.183	67,5%	35.263	79,9%
(-) Ajuste a valor presente	(244)	-0,5%	(258)	-0,7%	(387)	-0,9%
(-) Provisão para Devedores		-1,8%		-3,7%		-3,0%
Duvidosos	(813)		(1.274)		(1.344)	
TOTAL	47.855	100%	34.333	100%	44.148	100%
% Representação no Ativo Circulante	54,4%		37,0%		44,4%	

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
Saldo no início do exercício	(229)	(813)	(1.274)
Adições	(584)	(919)	(70)
Recuperações/realizações	-	458	-
Saldo no final do exercício	(813)	(1.274)	(1.344)

Estoques

31/12/13	AV	31/12/14	AV	31/12/15	AV
----------	----	----------	----	----------	----

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Produtos Acabados	2.310 10,3%	5.417 16,8%	6.034 19,3%
Produtos em Elaboração	14.721 65,8%	22.100 68,4%	20.553 65,8%
Matéria Prima	1.406 6,3%	1.227 3,8%	1.337 4,3%
Materiais Auxiliares	2.552 11,4%	2.146 6,6%	2.779 8,9%
Outros Materiais	2.190 9,8%	2.386 7,4%	1.572 5,0%
Mercadorias em Consignação	241 1,1%	224 0,7%	170 0,5%
Provisão para Perda no Estoque	(1.050) -4,7%	(1.200) -3,7%	(1.200) -3,8%
TOTAL	22.370 100%	32.300 100%	31.245 100%
% Representação no Ativo Circulante	25,4%	34,8%	31,4%

Os estoques estão segurados e sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de risco envolvido. Para o exercício findos em 2015 a Companhia registra R\$ 1.200 de provisão para perdas nos estoques por entender que estes não são mais negociáveis, em 2014 o valor provisionado também era de R\$ 1.200.

A movimentação da provisão par perdas nos estoques está demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
Saldo no início do exercício	-	(1.050)	(1.200)
Adições	(1.050)	(150)	(-)
Recuperações/realizações	-	-	-
Saldo no final do exercício	(1.050)	(1.200)	(1.200)

Impostos a recuperar

	31/12/13	AV	31/12/14	AV	31/12/15	AV
IRRF, ICMS, IPI, PIS, COFINS	6.391	70,9%	7.157	76,7%	8.181	87,1%
ICMS, PIS, COFINS de Imobilizado	2.626	29,1%	2.169	23,3%	1.210	12,9%
	9.016	100%	9.326	100%	9.391	100%
Circulante	7.663	85,0%	8.099	86,8%	8.661	92,2%
Não Circulante	1.353	15,0%	1.227	13,2%	730	7,8%

Os créditos serão realizados pela Companhia, através de restituição e/ou compensação com impostos e contribuições. A administração não espera perdas na realização destes créditos.

Ativo Imobilizado

Valores Residual Líquido:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Terrenos e Edificações	Máquinas, Equipamentos Veículos, Modelos e Moldes	Móveis e Utensílios	Imobilizados em Curso	Arrendamento Mercantil	Outros Imobilizados	Total
Em 31/12/2013	95.423	65.824	1.280	5.874	96	970	169.467
Em 31/12/2014	100.453	68.141	1.358	2.974	355	929	174.210
Em 31/12/2015	100.208	63.488	1.318	170	281	758	166.223

- a) Valores oferecidos em garantia - foram oferecidos bens do Ativo Imobilizado, no valor de R\$57 milhões em garantia do REFIS do ano de 2000.
- b) Valores segurados – os Ativos Imobilizados estão segurados contra: incêndio, danos elétricos e explosão, e vendáveis, bem como responsabilidade Civil. As coberturas são inerentes ao grau de risco envolvido. O montante segurado esta descrito na nota explicativa específica nas Demonstrações Financeiras Padronizadas – DPF.
- c) Custo atribuído – Em 2010 a Companhia efetuou a avaliação de seus ativos imobilizados pelo custo atribuído através de uma empresa especializada em Avaliações patrimoniais. Para a determinação do custo atribuído os avaliadores independentes seguiram as recomendações da NBR 14.653-1, 14.653-2, 14.653-5 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Foram considerados também os critérios propostos pelo IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia.

Foram efetuadas inspeções técnicas objetivando avaliar:

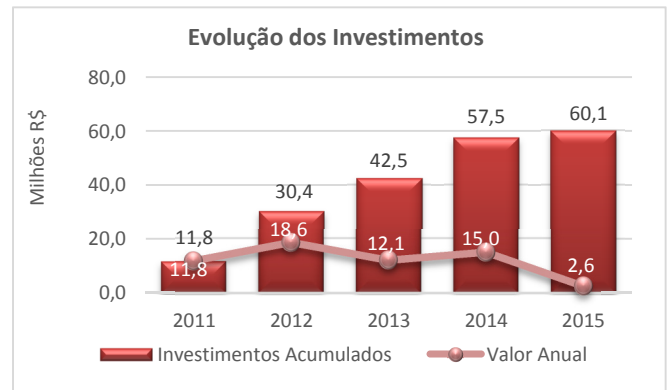
- (i) Condições de uso;
- (ii) Estado de conservação;
- (iii) Condição de manutenção;
- (iv) Condição de operação;
- (v) Manutenção preditiva, preventiva e corretiva ocorrida nos equipamentos e instalações, assim como reformas nos edifícios e nas benfeitorias incorporadas aos imóveis, que possibilitaram o aumento da expectativa de vida econômica do bem.

Com base nos procedimentos efetuados, foram determinadas novas vidas úteis como abaixo indicado:

Classe de Imobilizado	Vida Útil Anterior	Vida Útil Atual Média
Edificações e Benfeitorias	25 anos	25 anos
Máquinas, Equipamentos e Instalações	10 anos	18 anos
Móveis e Utensílios	10 anos	9 anos
Outros Ativos Imobilizados	5 anos	4 anos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os investimentos deliberados no orçamento de 2015 foram menor comparado aos últimos anos. As aquisições ficaram restritas à manutenção e ao bom funcionamento das máquinas, equipamentos, e/ou dispêndios em melhorias de linhas para aumento da produtividade, para o ano o investimento totalizou R\$ 2,6 milhões em 2015, representando 1,8% da ROL. Já para os anos de 2014 e 2013 a Companhia registra aquisições de R\$ 15,0 e R\$ 12,1 milhões respectivamente.



Os investimentos de maior relevância para os últimos anos foram:

- i) Aquisição e instalação de cinco centros de usinagem que estão operando em regime pleno;
- ii) Finalização das instalações do sistema de exaustão pó de ferro;
- iii) Melhorias nas instalações do sistema de moldagem fast loop;
- iv) Adequações para NR 12 e melhorias no sistema de para-raios e hidrantes;
- v) Aquisição de mais matrícula/terreno situado no município de Barra Velha;
- vi) Instalações para melhorar o layout e ainda outros investimentos de menor vulto, todos direcionados ao melhor atendimento de nossos clientes;
- vii) Aquisição e instalação de um forno denominado AOD com capacidade de 8 toneladas, para refino da qualidade do aço líquido e aumentar a capacidade instalada.

Ativo Intangível

Valores Residual Líquido:

Em 31/Dezembro/2013	750
Em 31/Dezembro/2014	764
Em 31/Dezembro/2015	743

Com base nos procedimentos, as seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da amortização:

Classe de Intangível	Vida Útil Anterior	Vida Útil Atual
Software	3 a 5 anos	5 anos

Outras Receitas Operacionais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	31/12/13		31/12/14		31/12/15	
Outras receitas						
Despesas Recuperadas	102	3,4%	473	13,7%	18	0,6%
Outras Receitas	2.878	96,6%	2.976	86,3%	3.028	99,4%
	2.980	100%	3.449	100%	3.046	100%
Outras despesas						
Perdas Operações M. Externo	(333)	22,5%	(80)	7,4%	-	-
Outras Despesas	(1.145)	77,5%	(1.005)	92,6%	(467)	7,8%
Transf. ref. reestr. ocupacional	-	-	-	-	(5.516)	92,2%
	(1.478)	100%	(1.085)	100%	(5.983)	100%
Resultado operacionais líquidas	1.502		2.364		(2.937)	

Créditos fiscais programa Reintegra: referente ao Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras, que trata do ressarcimento parcial ou integral do resíduo tributário na cadeia de produção. O incentivo obtido pela Companhia está registrado como outras receitas, no montante de R\$ 918 (este regime voltou a vigorar em outubro de 2014 totalizando R\$ 372 neste ano, e R\$ 1.530 em 2013);

Transferências referente reconhecimento nos Custos dos Produtos Vendidos, despesas com Vendas e Administrativas referente a reestruturação para adequação ocupacional foram transferidos para o grupo de outras despesas operacionais, por se tratar de um evento extraordinário.

Informações geraisa) Contingências

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e judiciais de natureza trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão para contingências, como abaixo indicado:

	31/12/13		31/12/14		31/12/15	
Trabalhistas	79,5		81,8%		46,7	
	705	%	573		1.285	%
Tributárias	20,5		18,2%		53,8	
	1.047	%	1.402		1.483	%
Outros	-	-	-	-	(15)	-0,5%
	1.752	100%	1.975	100%	2.753	100%
% do Passivo + PL	0,7%		0,7%		1,0%	
Circulante	-		-		-	
Não Circulante	1.752		1.975		2.753	

Trabalhistas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia é acionada em reclamatórias trabalhistas envolvendo principalmente discussões sobre insalubridade, periculosidade, entre outros. Baseado no histórico de pagamentos e na opinião dos assessores jurídicos, a provisão de R\$ 1.285 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 573 em 31 de dezembro de 2014) é julgada suficiente para cobrir prováveis perdas. Adicionalmente, há em andamento processos trabalhistas no montante de R\$ 332, para os quais não foi constituída qualquer provisão pelo fato dos consultores jurídicos da Companhia entenderem que a perspectiva de êxito da Companhia nestes processos será possível ou provável.

b) Depósitos Judiciais

A Companhia registra no ativo, valores referentes a depósitos judiciais assim constituídos:

	31/12/13		31/12/14		31/12/15	
Ações trabalhistas	180	21,5%	233	18,2%	321	21,7%
Ações Sebrae/Aux. Doença	658	78,5%	1.042	81,8%	1.157	78,3%
	838	100%	1.275	100%	1.478	100%
% do Passivo + PL	0,3%		0,5%		0,5%	

O montante de R\$ 228 depositado referente a auxílio doença foi restituído após o alvará para saque em novembro de 2015.

c) Atuarial - Obrigações com Benefício pós – emprego

A Electro Aço Altona S.A implantou no final do exercício de 2010, o plano de benefícios pós – emprego para seus empregados e ex-empregados garantindo assistência médica vitalícia a todos que ocuparem cargo de Gerente ou Diretor Executivo, que completarem 65 anos e aos Conselheiros de Administração que completarem 75 anos, desde que tenha sido empregado, Diretor ou Conselheiro da Administração da ALTONA por 35 anos ininterruptos, uma vez que os mesmos não estabelecem vínculo empregatício com a Companhia. Contudo, por decisão do conselho de Administração decidiu-se alterar as regras para a concessão do benefício pós – emprego, reduzindo a idade mínima, passando de 65 para 55 anos no caso de Gerente ou Diretor Executivo e de 75 para 65 quando Conselheiros de Administração.

Conforme citado na Nota Explicativa 2 – item 2.14 e na Nota Explicativa 11.c) das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP de 2015, a revisão do Plano de Benefício de Assistência Médica Pós-Emprego é realizado por consultoria atuarial independente, a qual destaca as seguintes premissas como conclusão para a provisão de R\$ 2.619 mil:

De acordo com o item 96 da Deliberação CVM 600 de 2009 “Ao mensurar o seu passivo de benefício definido de acordo com o item 54, a entidade deve, sujeito ao disposto no item 58A, reconhecer o custo do serviço passado como despesa linear durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos.” No caso em que os benefícios já forem imediatamente adquiridos no momento de introdução de um

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

plano de benefício definido ou de alterações no plano de benefício definido já existente, a entidade deve reconhecer o custo do serviço passado imediatamente.

Seguindo ainda o item 99 da Deliberação CVM 600/2009 “A entidade estabelece o plano de amortizações relativo ao custo do serviço passado quando os benefícios são introduzidos ou alterados.” Seria impraticável manter os registros detalhados necessários para identificar e implementar alterações subsequentes nesse plano de amortização. Além disso, só é provável que o efeito seja material quando houver uma redução ou uma liquidação. Portanto, a entidade só altera o plano de amortização relativo ao custo do serviço passado se houver uma redução ou uma liquidação.

A Companhia possui ativo atuarial reconhecido em seu balanço no montante de R\$ 2.634 mil, sendo que a realização do ativo atuarial ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Entende-se por final do plano, a data em que será pago o último compromisso. Este ganho atuarial (diferença entre o ativo e o passivo) está registrado no passivo, como conta redutora das provisões para litígios e demandas judiciais e benefício pós-emprego sob o título de “Outros”, conforme Nota 11.a).

d) Incentivo Fiscal Estadual – PRODEC

A Companhia obteve, junto ao Estado de Santa Catarina, a concessão do incentivo do Programa de Desenvolvimento Catarinense – PRODEC, programa criado com o objetivo de fomentar o crescimento da indústria catarinense, conforme extrato do contrato 003/06 publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 07 de Abril de 2006. Tal incentivo funciona através da concessão à Companhia de um crédito de ICMS, o qual será utilizado na medida do incremento do ICMS apurado. Tal crédito é utilizado abatendo até 60% do acréscimo do recolhimento, sendo concedido o prazo de 120 meses para fruição do crédito a partir da concessão.

Os créditos utilizados, mensalmente, serão devolvidos após 48 meses, podendo o prazo total do benefício estende-se a 168 meses à partir de abril de 2006. A forma de amortização do benefício é o pagamento do crédito utilizado, acrescido de juros de 4% ao ano e atualização monetária pela UFIR.

Foi concedido à Companhia um crédito total de ICMS de R\$ 47 milhões, sendo liberado na primeira fase o crédito de R\$ 8.500. No exercício de 2008 foi efetuado um adendo no contrato inicial, referente à liberação monetária da primeira fase, com o incremento de R\$ 6.859, passando então para R\$ 15.359 o valor a ser utilizado para incentivo do programa PRODEC. Desse montante a Companhia utilizou, até o momento, R\$ 6.618.

A Companhia utilizou-se do benefício fiscal que, atualizado, perfaz o montante conforme destacado na tabela abaixo:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	31/12/13		31/12/14		31/12/15	
Circulante	412	36,4%	-	-	319	28,8%
Não Circulante	720	63,6%	1.050	100%	789	71,2%
	1.132	100%	1.050	100%	1.108	100%
% do Passivo + PL	0,4%		0,4%			

Abaixo encontra-se o cronograma previsto de longo prazo:

	31/12/15
2016	319
2017	458
2018	313
2019	18
TOTAL	1.108

A partir de Agosto de 2010, a Companhia esta cumprindo conforme determina o contrato do PRODEC, pagamento da prorrogação concedida no programa, o montante de quitação perfaz R\$ 6.599.

e) Programa de Recuperação Fiscal – REFIS Federal

Amparada na Lei N.º 9.964 de 10 de abril de 2000, a Administração da Companhia protocolou, em fevereiro de 2000, pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS.

A amortização do passivo consolidado, conforme previsto no programa REFIS, está sendo efetuada regularmente à base de 1,2% sobre a receita bruta ajustada, desde março de 2000. O saldo devedor esta sendo atualizado pela TJLP. Considerando a expectativa de crescimento no valor da receita da Companhia (base de pagamento), estima-se que o valor desse passivo deverá ser quitado até meados do ano de 2063. Em garantia do REFIS foram arrolados e penhorados, os bens do ativo imobilizado.

Na adesão da Companhia ao REFIS, os honorários advocatícios de sucumbência, arbitrados inicialmente nas execuções fiscais ajuizadas pelo INSS foram incorporadas ao parcelamento a razão de 10%. A Lei que instituiu o programa REFIS estabelecia, no entanto, honorários de sucumbência de 1%. Para reduzir o valor de honorários inicialmente consolidados no REFIS, a assessoria jurídica da Companhia requereu em todas as execuções do INSS a redução dos honorários para o percentual de 1%, de acordo com MP 303/06.

A Companhia discute também, no âmbito administrativo, a indevida inclusão de supostos débitos a título de imposto de renda e contribuição sociais não recolhidos nos exercícios de 1990 e 1991, sendo que, para aqueles exercícios a Companhia não apresentou lucro tributável. Este tema gera uma diferença entre o valor contabilizado

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

pela Companhia e o extrato do REFIS junto à Receita Federal, na ordem de R\$ 2.380 em 31 de dezembro de 2015.

O passivo relativo ao REFIS encontra-se abaixo destacado:

	31/12/2013		31/12/2014		31/12/2015	
Circulante	2.616	2,6%	1.933	1,9%	2.039	2,0%
Não Circulante	99.155	97,4%	100.046	98,1%	101.065	98,0%
	101.771	100%	101.979	100%	103.104	100%
% do Passivo + PL	38,8%		37,6%		52,2%	

f) Crédito de IR/CS

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
Lucro antes dos impostos	14.584	9.065	(1.003)
IR/CS a alíquota de 34%	(4.959)	(3.082)	341
(Exclusões)/adições			
Inovação tecnológica	173	103	-
Incentivos fiscais	170	328	544
Outras diferenças permanentes	272	356	240
Tributos diferidos não contabilizados no período	-	-	-
Total	(4.344)	(2.295)	1.125

g) Processo INSS, Terceiros e RAT sobre 1/3 das Férias

A Companhia é autora em ação ajuizada que discute a incidência do INSS sobre 1/3 das férias. Por orientação jurídica, efetuou-se mandado de Segurança de nº 5001095-95.2010.404.7205, por meio do qual se discute a não incidência de contribuição previdenciária devida ao INSS, Terceiros e RAT sobre os valores pagos aos funcionários a título de adicional de 1/3 de férias.

O Tribunal Regional da quarta região, consignou que a Companhia tem direito de efetuar a compensação dos valores desde os últimos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação.

O Processo teve seu trânsito em julgado favorável a Companhia, e é de entendimento dos assessores da Companhia que esta tem o direito creditório, entre os meses de junho de 2005 a novembro de 2014, no montante de R\$ 2.420. O crédito foi reconhecido em dezembro de 2014, sendo R\$ 1.629 no grupo de contas outras receitas por se tratar do valor principal (nota 20 da DFP) e R\$ 791 no grupo de contas receitas financeiras, por se tratar da atualização, SELIC (nota 21 da DFP).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro10.2. Opinião dos Nossos Diretores sobre10.2.a. resultados das nossas operações, em especial:

- (i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida de vendas é denominada em reais, que provém da venda de nossos produtos no território nacional e internacional, cujos clientes na sua maioria, são multinacionais, em diferentes atividades, entre as principais, as montadoras de auto propulsores, geração de energia, mineração e petróleo/gás.

		<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Sob Encomenda	Mercado Interno	29.161	36.898	25.221
	Mercado Externo	49.154	44.711	64.143
	Total	78.315	81.609	89.364
Repetitivos	Mercado Interno	80.904	70.273	41.507
	Mercado Externo	21.144	19.443	15.766
	Total	102.048	89.716	57.273
Total Geral		180.363	171.325	146.637

- (ii) Fatores que podem e afetaram materialmente os resultados operacionais

A situação financeira e o resultado das operações foram influenciados por fatores como: o desenvolvimento macroeconômico brasileiro, políticas cambiais e monetárias e baixo crescimento globalizado de expansão dos mercados que os clientes atuam.

O cenário macroeconômico brasileiro tem se caracterizado por variações significativas no crescimento econômico e nas taxas inflacionárias e cambiais, principalmente do que diz respeito à recuperação pós-crise.

O IGP-M fechou dezembro com alta de 0,49% (ante 1,52%, em novembro), no quarto trimestre de 2015 o índice teve variação 3,95% (ante 1,89% no quarto trimestre de 2014), em 2015 o índice encerrou acumulado em 10,54%, em 2014 este índice encerrou acumulado em 3,67%. (fonte: conjuntura econômica).

O Índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) que é o índice oficial do governo para acompanhamento da inflação encerrou dezembro em alta de 0,96%, (ante 1,01% em novembro). No quarto trimestre de 2015 o índice teve variação 2,82% (ante 1,72% do quarto trimestre de 2014). A inflação acumulada em 2015 encerrou em 10,67%, bem acima do teto da meta que é de 4,5% com +/- 2 p.p. de variação.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O comitê de política monetária (Copom) do banco central, que se reúne para decidir sobre o nível da taxa Selic, diante do cenário macroeconômico decidiu em novembro manter a taxa em 14,25% a.a.. Em outubro de 2012 a taxa atingiu a mínima histórica de 7,25% a.a. mantendo-se até março de 2013. (fonte: IBGE e Banco Central).

Neste quarto trimestre de 2015 a cotação da moeda norte americana encerrou dezembro em R\$ 3,90, baixa de 1,8% em relação à cotação do fim do trimestre anterior (R\$ 3,97 em 30/09/15). Avaliando a variação do final do quarto trimestre de 2014 (R\$ 2,66 em 31/12/14) com o quarto trimestre de 2015, o dólar teve uma valorização frente ao real de 46,6%. (fonte: Banco Central).

A Companhia é afetada por estes fatores externos, dos quais não possui domínio nem capacidade de prever intensidade. Para amenizar estes fatores externos que possam ser prejudiciais à empresa, medidas como repasse de preços e/ou redução de custos são utilizadas. A desvalorização do real é um fator que favorece a competitividade das exportações e também causa pressão inflacionária. A fim de se proteger destes fatores externos e na busca constante pelo aumento da competitividade e qualidade a Companhia trabalha constantemente na busca pela excelência operacional. Temos como objetivos estratégicos e metas o aumento da produtividade, redução do prazo de entregas, redução de custos e retrabalhos. Investimentos em novos processos/tecnologias, gestão eficaz de compras, investimentos em qualificação de pessoas, em segurança e meio ambiente.

Efeitos dos principais fatores macroeconômicos que afetam os nossos resultados

O desempenho financeiro pode ser afetado pela inflação, uma vez que uma parcela expressiva dos custos e despesas operacionais da Companhia é incorrida em reais e é reajustada pela inflação.

A receita de vendas também é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, repassamos parte dos aumentos nos custos para nossos clientes por meio de aumentos de preços. Não podemos prever, no entanto, se seremos capazes de repassar o aumento dos custos para nossos clientes no futuro. As variações cambiais afetaram e podem continuar a afetar no futuro o resultado financeiro.

10.2.b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A receita da Companhia é impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas e oscilações de preço. As elevações cambiais foram favoráveis em 2014 e 2015. Levando em consideração que a Receita tenha sido menor comparada com 2013, as valorizações cambiais dólar/euro, representaram um incremento de aproximadamente 15,9% na receita líquida da Companhia ao encerrar o exercício de 2015.

Torna-se mais evidente que os negócios fora do Brasil estão cada vez mais presentes. A Companhia vinha crescendo sua participação em relação a produção de aço fundido exportada pelo Brasil, nos últimos anos partiu de uma participação de 8%, chegando a 15% em 2013. Em 2014 e 2015, a participação ficou prejudicada em função da recessão econômica e baixo para 10%. Monetariamente representava nos últimos anos próximo a 18,0%, e para 2014 e 2015 de participação ficou abaixo dos 15%. (fonte: ABIFA Associação Brasileira de Fundição).

Os resultados apresentados nos últimos 3 anos foram influenciados por vários fatores como: o crescimento do PIB brasileiro, as favoráveis condições de financiamento, o câmbio mais competitivo para as empresas exportadoras e a estabilidade na inflação de materiais.

10.2.c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro

A Sucata e o ferro liga são os principais insumos metálicos no custo de produção da Altona. No Brasil, os preços destes insumos vêm se mantendo estáveis nos últimos exercícios, de modo que a inflação de materiais afetam sensivelmente as margens da Companhia. Por outro lado, a inflação de mão de obra, que representa cerca de 35% do custo de produção, atualmente é a principal preocupação da Companhia, pois alguns Clientes multinacionais entendem que o custo da mão de obra tem que ser absorvidos por produtividade e não aceitam repasse nos preços.

De qualquer forma, o resultado pode ser afetado pela inflação e pelos reajustes de preços das *commodities* que são na sua maioria, reguladas pelas Bolsas de Valores. O desempenho financeiro pode ser afetado, uma vez que, os custos e despesas operacionais são incorridos em reais e são reajustados pela inflação, impactando na receita de vendas e que, de modo geral, a contenção através de reestruturação de custos ou o não repasse para nossos clientes por meio de aumentos de preços ira interferir na lucratividade da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Opinião dos Diretores acerca dos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou e espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados.

10.3.a. Da introdução ou alienação de segmento operacional

Não há introdução ou alienação de segmento operacional.

10.3.b. Da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não há constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

10.3.c. Dos eventos ou operações não usuais

Não existem eventos ou operações não usuais praticados pela Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases10.4 Opinião dos Nossos Diretores sobre10.4.a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 são novamente preparadas de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Desta forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPC's para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 1º de janeiro de 2009, data da transição para os CPC's. Esta nota explica os principais ajustes efetuados pela Companhia para republicar o balanço patrimonial de abertura no BRGAAP em 1º de janeiro de 2009 e também para o balanço patrimonial publicado preparado de acordo com o BRGAAP para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da data de transição de acordo com o CPC37, a Companhia aplicou todas as disposições obrigatórias previstas na norma.

Nas conciliações acima, foram considerados os CPC's deliberados pela CVM com aplicação aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

10.4.b. Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria executiva da Altona S.A., declara que:

(i) revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013; e

(ii) revisou, discutiu e concordam com revisão expressa no relatório de revisão especial da Berkan Auditores Independentes S.S. e Ernest Young Auditores, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. 2014 e 2013 respectivamente.

10.4.c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Nos últimos 3 exercícios sociais não foram feitas ressalvas nos pareceres de nossos auditores independentes.

Os pareceres dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 contêm parágrafo de ênfase relativo à continuidade normal dos negócios. A Companhia está adotando um conjunto de medidas para a recuperação econômico-financeira que abrange aumento das vendas, rentabilidade dos produtos, utilização da plena capacidade de produção, estabelecimento de parcerias, treinamento de pessoal, marketing e alongamento das dívidas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Opinião dos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração, sobre questões incertas e relevantes, para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, requer que efetuem certos julgamentos e utilizemos premissas na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, a respeito dos efeitos de questões que são, por natureza, incertas e que impactam o valor de nossos ativos e passivos. Embora a Companhia acredite que seus julgamentos e estimativas se baseiem em premissas razoáveis, as quais são revisadas periodicamente, estão sujeitas a vários riscos e incertezas e tenham sido feitas com base nas informações disponíveis, seus resultados efetivos podem apresentar variações em relação às estimativas e julgamentos apresentados.

Objetivando a fornecer um entendimento de como formamos os julgamentos e estimativas sobre determinados eventos futuros, resumimos as principais práticas contábeis críticas:

Instrumentos financeiros

A Companhia efetuou operações exclusivamente com instrumentos financeiros não-derivativos, os quais incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data do balanço, os quais contemplam os custos de transação e rendimentos diretamente atribuíveis.

Obrigações com Instituições Financeiras

São registrados pelos valores originais de captação, atualizados monetariamente pelos indexadores registrados a cada contrato, acrescidos de juros apropriados até a data do balanço. A Companhia ajustou a valor presente (AVP) as operações de circulante e não circulante consideradas relevantes, com base na taxa TJLP, a partir da data da operação, ajustando os valores de Ativos e Passivos referentes aos juros a apropriar. Adicionalmente os empréstimos não são objetos de *covenants ou hedges*

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A Companhia ajustou a valor presente (AVP) os valores a receber de circulante e não circulante considerados relevantes, com base na taxa TJLP, a partir da data da operação. A Provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

estimadas e seu montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

Imobilizado

Instalações e equipamentos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), a Companhia optou em proceder o ajuste nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e CPC 43.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Em 1º de janeiro de 2010 a companhia procedeu a revisão da vida útil de seu ativo imobilizado tendo modificado a taxa de depreciação de certos bens a partir daquela data.

Arrendamentos Mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo, ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia, basicamente, todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticasValor Recuperável

Para os grupos de Imobilizado e Intangível a Companhia adota o procedimento de revisar os saldos, para verificação de possíveis perdas consideradas permanentes. Sempre que oportuno ou quando eventos de mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuros será constituído provisão para perda. Os grupos do imobilizado e do Intangível, tiveram o seu valor recuperável testado, e não há indicadores de perdas de valor.

Provisões**a) Geral**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Plano de Participação nos Resultados

A companhia executou programa anual de incentivo para seus colaboradores, denominado PPR – Plano de Participação nos Resultados, cujos pagamentos foram determinados com base em metas financeiras e índices de performance, obtidos e apurados pela Companhia.

Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O Imposto de Renda e Contribuição Social são calculados com base nas alíquotas efetivas do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro real e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, limitado a 30%.

A Companhia reconheceu os créditos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e de Contribuição Social Sobre o Lucro decorrente de prejuízos fiscais, com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, levando em conta as perspectivas de rentabilidade futura de geração de lucro tributável nos próximos exercícios sociais.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado estão demonstradas na Demonstração Financeira – DF.

As demais premissas referente as boas praticas contábeis, estão demonstradas na DF 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6. Opinião dos Nossos Diretores sobre outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia**

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estão evidenciados em suas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.08. Os nossos diretores devem indicar e comentar os principais elementos do nosso plano de negócios, explorando especificamente os seguintes tópicos:

10.08.a. Investimentos, incluindo:

- (i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Os investimentos de capital realizados pela Companhia tratam-se, em sua maior parte, de investimentos na manutenção e atualização dos maquinários e equipamentos da planta industrial. Em pronunciamentos anteriores, o plano diretor a Companhia prevê a ampliação de seu parque fabril em uma nova unidade, localizada em ponto estratégico de logística apurada, objetivando o aumento da capacidade de produção para peças de grande porte, onde será capaz suportar a necessidade da demanda deste mercado. Em função do recesso econômico atual, o ritmo e/ou o cronograma do projeto esta sendo revisado.

Exercícios	Terrenos e Edificações Próprias	Máquinas, Equipamentos, Veículos, Modelos e Moldes	Móveis e Utensílios	Imobili-zados em Curso	Arrenda-mento Mercantil	Outros Imobili-zados	Intangível	Total – R\$ milhares
2013	3.319	5.527	331	2.284	104	242	325	12.131
2014	2.717	2.828	405	8.236	317	208	248	14.959
2015	464	1.309	236	273	-	74	233	2.589

- (ii) fontes de financiamento dos investimentos;

A fonte de financiamento dos investimentos de capital que costuma ser realizado no complexo industrial tende a ser a própria geração de caixa operacional da Companhia e, por estratégia, quando aplicável, os investimentos de valores de maior relevância, a Companhia conta com linhas de financiamento vinculadas ao governo, por exemplo BNDES, FIMIP, FINAME, EXCIM entre outros.

- (iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;

Não há perspectiva de quaisquer desinvestimentos de capital ou em andamento nos últimos 3 anos.

10.08.b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva

Atualmente, a Companhia possui uma planta industrial, em terreno com aproximadamente 113 mil metros quadrados. O complexo industrial é dividido em áreas de: projetos, moldagem, aciaria, tratamento térmico e acabamento, usinagem e depósito. Toda área administrativa e manutenção também faz parte deste complexo. O parque fabril é composto por máquinas e equipamentos e alto valor agregado, que representam

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

parte relevante do ativo imobilizado, bem como os constantes investimentos na modernização, logística e meio ambiente são pontos fundamentais para o sucesso industrial.

Nos últimos anos, um investimento relevante foi a compra e instalação de um forno com capacidade de 8 toneladas denominado AOD. Este equipamento proporcionará uma melhor qualidade no refino/pureza do aço e irá atender ofertas de peças maiores de aproximadamente 6/8 toneladas. Este investimento está alocado para a atual planta, as condições de pagamentos foram através de uma linha de crédito FINAME.

Nos últimos anos a Companhia estrategicamente, adquiriu mais algumas matrículas de terrenos de aproximadamente 42 mil de metros quadrados para fazer estrema ao terreno anteriormente adquirido no município de Barra Velha. O posicionamento logístico e eficiente é um dos diferenciais e esta de encontro com o plano diretor da Companhia.

(i) novos produtos e serviços, indicando:

A Companhia tem por atividade, a industrialização de projetos de clientes. Não é desenvolvido produtos novos com *know-how* próprio para o mercado, muito embora, tenhamos inserido em nossa estratégia a melhoria contínua no desenvolvimento dos processos e adequações de layouts mais ágeis.

(ii) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

Não se aplica.

(iii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

Não se aplica

(iv) projetos em desenvolvimento já divulgados; e

Não se aplica

10.08.c. novos produtos e serviços, indicando:

A Companhia tem por atividade, a industrialização de projetos de clientes. Não é desenvolvido produtos novos com *know-how* próprio para o mercado, muito embora, tenhamos inserido em nossa estratégia a melhoria contínua no desenvolvimento dos processos e adequações de layouts mais ágeis.

i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

ii) Montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados; e

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

iv) Montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica

10.08.d. montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Destacamos que, a Companhia firmou com o Ministério Público Estadual, aditivo ao Termo de Ajuste de Conduta em vigor, objetivando a permanência indeterminada das atividades fabris no local da sua sede.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção “10”.